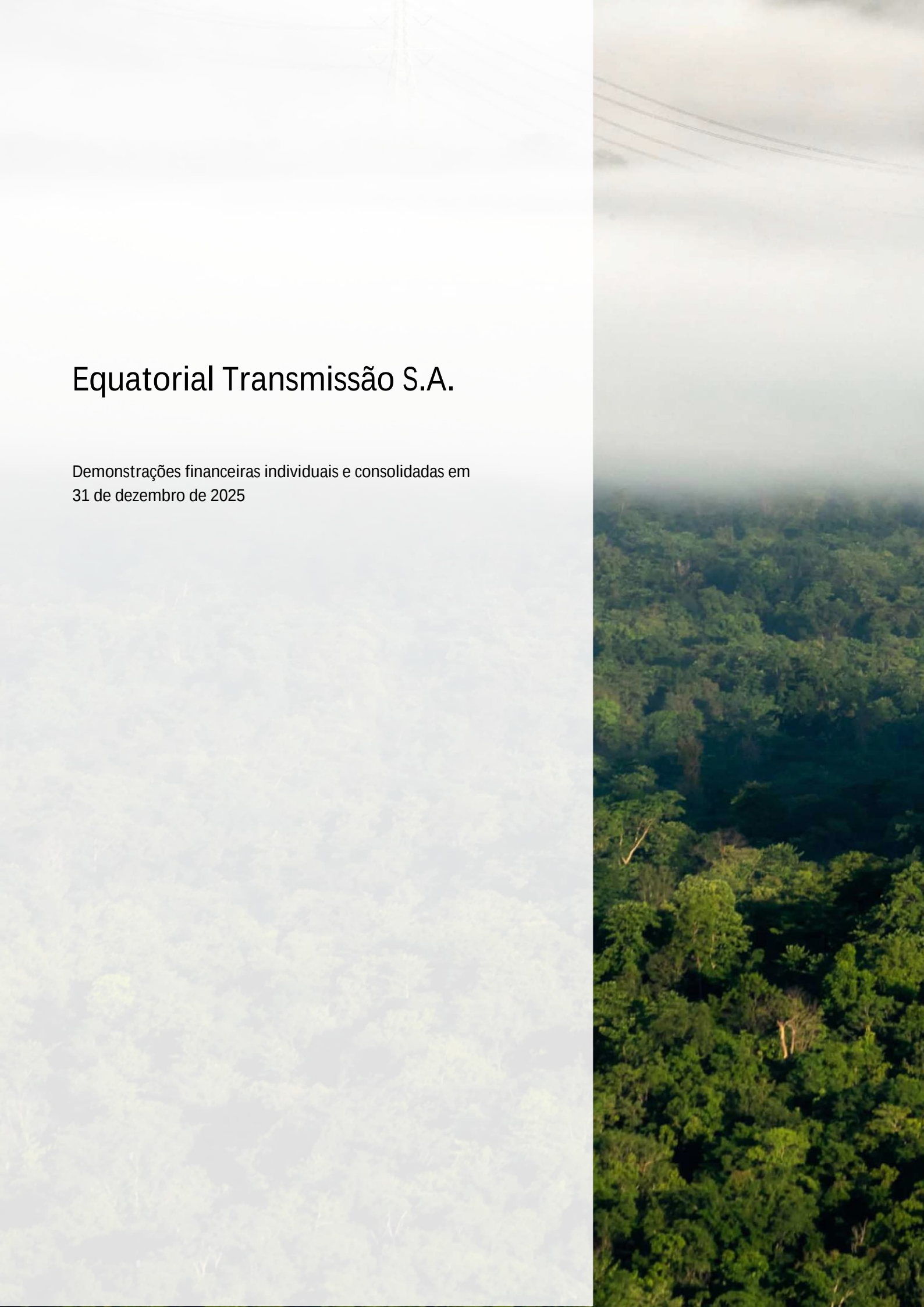




Equatorial Transmissão S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Equatorial Transmissão S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	01
BALANÇOS PATRIMONIAIS	06
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10

Notas explicativas

1 Contexto operacional.....	11
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12
3 Políticas contábeis materiais.....	15
4 Assuntos regulatórios.....	28
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	29
6 Títulos e valores mobiliários.....	30
7 Contas a receber de concessionárias e permissionárias.....	31
8 Investimentos.....	32
9 Ativos de contrato (Consolidado).....	37
10 Fornecedores (Consolidado).....	37
11 Empréstimos e financiamentos.....	38
12 Debêntures.....	40
13 PIS e COFINS diferidos (Consolidado).....	44
14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	45
15 Dividendos a pagar.....	47
16 Provisão para riscos judiciais (Consolidado).....	48
17 Patrimônio líquido.....	49
18 Receita operacional líquida (Consolidado).....	51
19 Custos dos serviços prestados e despesas operacionais (Consolidado).....	52
20 Outras despesas/receitas operacionais (Consolidado).....	52
21 Resultado financeiro.....	52
22 Partes relacionadas.....	53
23 Instrumentos financeiros.....	56
24 Demonstração dos fluxos de caixa.....	65
25 Seguros.....	65
26 Eventos subsequentes.....	66



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissão S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da alienação do controle da operação de geração de energia em 31 de outubro de 2025, os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ano anterior, apresentadas para fins comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para apresentar o segmento operacional de geração de energia como operação descontinuada conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida das receitas de implementação e remuneração do ativo contratual, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado do ativo de contrato é de R\$ 11.500.690 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo relacionado ao reconhecimento do ativo de contrato e de suas respectivas receitas; (ii) avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pelas controladas da Companhia, no curso da auditoria, relacionados à mensuração do ativo de contrato da concessão; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis; (iv) avaliação dos valores indenizáveis, das premissas e dados de base utilizados pela diretoria na determinação das margens de operação e manutenção, e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, assim como avaliação das premissas adotadas na determinação das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (v) recálculo dos fluxos de recebimentos futuros projetados, das atualizações monetárias e da remuneração financeira do ativo de contrato da concessão; (vi) inspeção documental, através de base amostral, dos custos incorridos e movimentações do ativo de contrato durante o exercício; e (vii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da concessão da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com cliente adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'T' and 'S' with a grid-like pattern in the center.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Equatorial Transmissão S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.400	717.753	149.932	1.296.133
Títulos e valores mobiliários	6	133.591	391.486	403.902	1.350.844
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	-	-	181.765	353.306
Serviços pedidos		-	-	13.867	10.942
Depósitos judiciais		-	-	744	372
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	14.125
Dividendos a receber	22	18.222	42.081	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		24	-	2.554	18.102
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		30.965	17.786	114.761	100.601
Mútuos	22	-	73.007	-	12.927
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	3.921	19.816
Compromissos futuros		-	-	-	6.652
Outros créditos		21	76.780	7.471	140.876
Ativo de contrato	9	-	-	1.182.483	1.123.855
Total do circulante		193.223	1.318.893	2.061.399	4.448.551
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	56.923	653.372
Contas a receber de clientes		-	-	-	41.572
Depósitos judiciais		-	-	3	21.917
Impostos e contribuições a recuperar		-	2	-	53
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	-	377
Outros créditos		-	59.961	-	63.092
Investimentos	8	4.822.210	11.509.297	-	19.139
Compromissos futuros		-	-	-	2.946
Imobilizado		1.865	1.965	1.865	7.368.548
Ativo de contrato	9	-	-	10.318.207	8.166.290
Intangível		13.375	14.888	18.338	4.731.117
Direito de uso		-	-	-	472.960
Total do não circulante		4.837.450	11.586.113	10.395.336	21.541.383
Total do ativo		5.030.673	12.905.006	12.456.735	25.989.934
Passivo	Notas	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	10	158	1.723	37.597	131.213
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	-	1.910	12.977
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	193.311	755.559
Debêntures	12	98.958	95.550	140.049	327.661
Impostos e contribuições a recolher		288	1.443	11.147	26.119
Impostos sobre o lucro a recolher		-	20.643	52.156	70.806
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	50.259	38.766
Dividendos a pagar	15	16.683	745.137	16.683	745.137
Encargos setoriais		-	-	17.486	14.016
Passivo de arrendamento		-	-	-	2.626
Compromissos futuros		-	-	-	6.457
Provisão de ressarcimento		-	-	-	159.523
Outras contas a pagar		68	-	53.639	100.165
Total do circulante		116.155	864.496	574.237	2.391.025
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	3.182.344	6.286.661
Debêntures	12	852.378	898.587	1.364.252	3.152.988
Outros impostos e contribuições a recolher		-	-	182	2.476
Imposto de renda e contribuições social diferidos	14	-	-	2.256.724	1.467.204
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	1.013.554	820.666
Provisão para riscos judiciais		-	-	-	7.000
Passivo de arrendamento		-	-	-	63.593
Compromissos futuros		-	-	-	2.129
Provisão de ressarcimento		-	-	-	94.789
Outras contas a pagar		-	-	3.302	559.480
Total do não circulante		852.378	898.587	7.820.358	12.456.986
Total dos passivos		968.533	1.763.083	8.394.595	14.848.011
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	217.424	8.535.042	217.424	8.535.042
Reserva de capital		-	8.727	-	8.727
Reserva legal	17.2	81.297	81.297	81.297	81.297
Reservas de lucro a realizar	17.2	2.679.963	1.428.507	2.679.963	1.428.507
Reserva de Investimentos e expansão	17.2	1.083.780	1.083.780	1.083.780	1.083.780
Reservas de operações descontinuadas	17.4	(324)	4.570	(324)	4.570
Total do patrimônio líquido		4.062.140	11.141.923	4.062.140	11.141.923
Total		5.030.673	12.905.006	12.456.735	25.989.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Equatorial Transmissão S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	18	-	-	3.110.343	1.578.678
Custos operacionais	19	-	-	(78.765)	(77.024)
Lucro bruto		-	-	3.031.578	1.501.654
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(210.554)	(315.431)	(221.773)	(328.966)
Resultado da equivalência patrimonial	8	1.996.909	906.803	(4.159)	(20.862)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	424	251.088	(2.111)	250.216
Total de receitas (despesas) operacionais		1.786.779	842.460	(228.043)	(99.612)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		1.786.779	842.460	2.803.535	1.402.042
Receitas financeiras	21	90.991	92.370	209.146	174.538
Despesas financeiras	21	(92.266)	(116.765)	(433.450)	(488.082)
Resultado financeiro		(1.275)	(24.395)	(224.304)	(313.544)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.785.504	818.065	2.579.231	1.088.498
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	(49.362)	(43.041)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14	-	-	(744.365)	(227.392)
Impostos sobre o lucro		-	-	(793.727)	(270.433)
Lucro líquido das operações em continuidade		1.785.504	818.065	1.785.504	818.065
Operações descontinuadas					
Lucro após tributos provenientes de operações descontinuadas		(117.365)	(44.050)	(117.365)	(44.050)
Lucro líquido do exercício		1.668.139	774.015	1.668.139	774.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Equatorial Transmissão S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.668.139	774.015	1.668.139	774.015
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	19.356	-	19.356
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	(2.354)	-	(2.354)
Total dos resultados abrangentes	1.668.139	791.017	1.668.139	791.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Equatorial Transmissão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros							Operações descontinuadas	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.535.042	8.727	42.596	1.675.737	866.708	69.985	(12.432)	-	-	11.186.363
Dividendos adicionais distribuídos	15	-	-	-	-	-	(69.985)	-	-	-	(69.985)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	-	(247.230)	-	-	-	-	-	(247.230)
Resultado abrangente do exercício											
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	19.356	-	-	19.356
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	(2.354)	-	-	(2.354)
Destinação do lucro											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	774.015	774.015
Constituição de reserva legal	17.2.1	-	-	38.701	-	-	-	-	-	(38.701)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	17.2.4	-	-	-	-	217.072	-	-	-	(217.072)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(135.564)	(135.564)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(382.678)	(382.678)
Constituição de dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.535.042	8.727	81.297	1.428.507	1.083.780	-	4.570	-	-	11.141.923
Redução de capital		(8.317.618)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.317.618)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	-	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Reversão da reserva de capital		-	(8.727)	-	-	-	-	-	-	-	(8.727)
Resultado abrangente do exercício											
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(7.248)	-	-	(7.248)
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	2.354	-	-	2.354
Realização de ajuste de avaliação patrimonial de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-	324	(324)	-	-
Destinação do lucro											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.668.139	1.668.139
Constituição de reserva de lucros a realizar	17.2.3	-	-	-	1.651.456	-	-	-	-	(1.651.456)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.683)	(16.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		217.424	-	81.297	2.679.963	1.083.780	-	-	(324)	-	4.062.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Equatorial Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício – operações em continuidade		1.785.504	818.065	1.785.504	818.065
Resultado líquido do exercício – operações descontinuadas		(117.365)	(44.050)	(117.365)	(44.050)
Ajuste para:					
Amortização e depreciação		2.699	748	2.932	267.921
Amortização do direito de concessão	8	213.795	285.060	213.795	285.060
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.879.544)	(862.753)	121.524	20.862
Margem da receita de construção		-	-	-	(3.391)
Remuneração de ativo contratual	9	-	-	(3.323.730)	(1.427.332)
Receita de Operação e manutenção		-	-	(117.199)	-
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	-	118.310
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	11/12	89.467	116.332	421.223	1.008.554
Rendimentos de aplicações financeiras	21	(59.572)	(63.737)	(147.377)	(242.463)
Provisão e atualização do ressarcimento		-	-	-	102.463
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	204.475	(179.129)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	14	-	-	744.365	180.103
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	22	-	-	49.362	109.406
Valor justo das opções de compra		-	-	-	(5)
Variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia		-	-	-	296
Ganho com instrumentos financeiros derivativos		-	(4.103)	-	(61.635)
Ganho na alienação de investimento		-	(252.188)	-	(252.188)
Outros		(8.727)	-	(8.725)	-
		<u>26.257</u>	<u>(6.626)</u>	<u>(171.216)</u>	<u>700.847</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.204.134	1.074.411
Depósitos judiciais		-	-	(372)	(2.176)
Impostos e contribuições a recuperar		(22)	-	2.790	123
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(13.179)	(8.102)	58.012	(14.841)
Ativos de contrato		-	-	-	(5.415)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	4.487	(7.135)
Dividendos recebidos		1.184.861	286.464	-	-
Outras contas a receber		136.720	710.360	69.254	14.149
Fornecedores		(1.565)	(199)	(16.181)	(30.737)
Impostos e contribuições a recolher		(1.155)	(20.165)	(5.034)	(23.807)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		(20.291)	20.611	(58.012)	(60.391)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	(478)	(220)	(4.175)
Participação nos lucros		-	-	-	73
Provisão para ressarcimento		-	-	-	(117.201)
Outras contas a pagar		69	(8)	(689)	24.786
		<u>1.285.438</u>	<u>988.483</u>	<u>1.258.169</u>	<u>847.664</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	21	12.614	63.737	57.883	242.463
Imposto de renda e contribuição social pagos		(349)	-	(34.361)	(28.341)
Juros pagos/recebidos	11/12	(47.408)	(55.774)	(280.752)	(686.805)
		<u>(35.143)</u>	<u>7.963</u>	<u>(257.230)</u>	<u>(472.683)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.276.552</u>	<u>989.820</u>	<u>829.723</u>	<u>1.075.828</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisições no ativo intangível e imobilizado		(1.086)	(3.195)	1.845	(405.641)
Aumento de capital em investidas	8	(186.553)	(270.301)	(186.553)	(40.000)
Devolução do preço pago pelo antigo controlador	8	82.309	-	82.309	710.000
Caixa líquido de subsidiária alienada		-	-	(102.483)	(48.177)
Aplicações financeiras	6	304.853	(303.709)	669.797	(689.792)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento		<u>199.523</u>	<u>(577.205)</u>	<u>464.915</u>	<u>(473.610)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captção de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	11	-	-	12.722	2.110.204
Captção de debêntures, líquido dos custos de transação		-	-	-	989.294
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	-	(206.042)	(176.929)	(3.474.505)
Amortização de debêntures	12	(84.860)	(75.148)	(117.984)	(179.338)
Amortização do passivo de arrendamento		-	-	-	(8.893)
Recebimento (amortização) de instrumentos financeiros derivativos		-	4.178	-	56.548
Partes relacionadas - Mútuos		-	(73.007)	-	(12.927)
Partes relacionadas - Recebimento de mútuo		73.007	59.539	12.927	-
Redução de capital social	8	(1.026.438)	-	(1.026.438)	-
Dividendos pagos	15	(1.145.137)	(117.287)	(1.145.137)	(117.287)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(2.183.428)</u>	<u>(407.767)</u>	<u>(2.440.839)</u>	<u>(636.904)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(707.353)</u>	<u>4.848</u>	<u>(1.146.201)</u>	<u>(34.686)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		717.753	712.905	1.296.133	1.330.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>10.400</u>	<u>717.753</u>	<u>149.932</u>	<u>1.296.133</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(707.353)</u>	<u>4.848</u>	<u>(1.146.201)</u>	<u>(34.686)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 16 de setembro de 2015, com objetivo de: (a) transmitir energia, comercializar energia e prestar serviços correlatados; (b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; (c) implementar e explorar ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis, principalmente eólica; (d) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; (e) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e (f) participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”) é controladora direta da Equatorial Transmissão S.A. e a controladora final do Grupo é a Verene Energia S.A.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrados a seguir:

Transmissão de energia:	Tipo de sociedade	Participação	Estado (Sede)	Área de operação	Nº contrato de	Prazo de	Início da	Término da
		Societária		(linha de transmissão)	concessão	concessão	concessão	concessão
Controladas diretas								
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Bahia	007/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Bahia	008/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Bahia e Piauí	010/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Bahia e Minas Gerais	012/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Bahia e Minas Gerais	013/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Minas Gerais	014/2017	30 anos	09/02/2047	09/02/2047
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 100%	Rio de Janeiro	Pará	048/2017	30 anos	20/07/2047	20/07/2047
Holdings:								
Controladas diretas e indiretas								
Equatorial Transmissora Holding S.A. (a)	Sociedade anônima fechada	Direta, 100%	Rio de Janeiro					

(a) Em 21 de agosto de 2024, por meio de Assembleia Geral, foi deliberada a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado, denominada Equatorial Transmissora Holding S.A., sendo controlada direta da Equatorial Transmissão S.A.

As controladas SPE 01, SPE 02, SPE 03, SPE 04, SPE 05, SPE 06, SPE 08, serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como “controladas diretas”. As Transmissoras controladas da Companhia encontram-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. Contudo, a energização dos empreendimentos e sua colocação em operação comercial, não encerra todos os demais custos inerentes à construção.

A Diante do exposto, para a SPE 08, contrato de concessão 48/2017, foram autorizadas, por meio da Resolução Autorizativa nº 10.861/2021 e Despacho nº 2.940/2022, a implantação de melhorias com receita permitida no valor de R\$ 5.708. Com o advento da REH 3.216/2023, a receita atualizada passou a ser no valor de R\$ 6.629, com a entrada em operação em novembro de 2023 iniciou-se o recebimento da referida melhoria. No ciclo 2025/2026, por intermédio da REH nº 3.481/2025 a receita permitida foi atualizada para o valor R\$ 7.256.

Além das melhorias supracitadas para a SPE 08, foram autorizados reforços a serem implantados na SPE 01, Contrato de Concessão nº 07/2017, por meio da REA nº 14.106/2023, no valor de R\$ 1.220. Em abril de 2024, os reforços entraram em operação. No ciclo 2025/2026, por intermédio da REH nº 3.481/2025 a receita permitida foi atualizada para o valor R\$ 1.388.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na Companhia e suas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxo de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são eliminados na consolidação.

1.2 Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com as suas transmissoras controladas, tendo a Equatorial S.A. controladora integral da Companhia, na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia e suas controladas passaram a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de março de 2026.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quanto requerido na norma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As estimativas e julgamentos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.4 e 7	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Receita operacional líquida	3.2 e 18	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção;
Ativos de contrato	3.5 e 9	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão;
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.8.2 e 14	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias;
Instrumentos financeiros	3.10 e 23	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros;
Provisão para riscos judiciais	16	Reconhecimento de provisões para riscos judiciais por meio da avaliação da probabilidade de perda; e

2.4.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.15 – Principais mudanças nas políticas contábeis.

3.1. Base de consolidação

3.1.1. Investimentos em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

3.1.2. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

3.1.3. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Os fluxos de caixa de operações descontinuadas são incluídos na demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas e divulgados separadamente. Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa 17.3. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.2. Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, ou à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida o cliente obtém os serviços contratados.

(i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos sendo revisada prospectivamente ao longo da construção/melhoria da infraestrutura.

(ii) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são reconhecidos com base no orçamento projetado anual da Companhia. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(iii) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia e suas controladas esperam receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia e suas controladas como o valor residual contábil no término da concessão.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4. Contas a receber de Concessionárias e Permissionárias

O contas a receber de concessionárias e permissionárias se refere aos valores a receber de RAP faturadas decorrentes do contrato de concessão de serviços, correspondentes ao cumprimento das obrigações de performance de (i) operação e manutenção e (ii) construção da linha de transmissão.

Em relação à esta última obrigação, mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente àquele mês, torna-se um ativo financeiro e é transferida para o Contas a Receber, uma vez que a passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

Perdas de crédito esperadas

A Companhia e suas controladas mensuram as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O segmento de transmissão de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos do Operador Nacional do Sistema - ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

3.5. Ativo de contrato

Mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina à medida em que as concessionárias satisfazem a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. Inicialmente, o ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa das controladas para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é usualmente estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhias quanto à determinação da parcela mensal da RAP e parcela variável que deve remunerar a infraestrutura.

As controladas da Companhia adotam e utilizam, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, as controladas adotaram a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou esta premissa, considerando as taxas de depreciação e amortização da ANEEL, estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado

3.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7. Subvenções e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(i) Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Empresa	Benefício Fiscal	Emissão	Laudos Constitutivos	Vigência
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029

(ii) REIDI

A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controladas da Companhia, obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições para o PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 185, de 15 de fevereiro de 2024 e DRF nº 16, de 11 de maio de 2022, respectivamente.

3.8. Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia deve avaliar a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não há processos incertos quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia suas controladas.

3.8.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8.2. IR e CSLL diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.9. PIS e COFINS diferidos

Incidência sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato. Há o diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.10. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.10.1. Ativos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.10.2. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos financiamentos e debêntures.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.10.3. Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.10.4. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11. Capital social

3.11.1. Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.11.2. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 1% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.12. Provisões para riscos judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumidas, resultantes de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.13. Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no Grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. O Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.
- Obrigações de desmobilização: O impacto das legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas é considerado na estimativa do *timing* e dos custos futuros de descomissionamento do segmento de geração.

3.14. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data base do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após doze meses.

3.15. Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.15.1. Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025

A Companhia e suas controladas avaliaram as emendas e normativos acima e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

3.15.2. Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51 (IFRS 18): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações financeiras (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras. A Companhia não espera nenhum outro impacto material nas informações financeiras, seja pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4 Assuntos regulatórios

As controladas da Companhia receberão pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que é revisada em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, durante o período da concessão, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A RAP das controladas da Companhia após a revisão tarifária passou a ser de:

	RAP	REH	Efeito revisão tarifária	RTP	Aplicação
SPE 01	104.144	3.050/2022	9,38%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 02	94.466	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 03	137.705	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 04	248.458	3.050/2022	9,43%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 05	114.641	3.050/2022	9,42%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 06	142.154	3.050/2022	9,44%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 08	193.469	3.348/2024	4,56%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2024

Além das revisões quinquenais, a ANEEL procede anualmente com o reajuste da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre os meses de junho ou julho de cada ano. Para o ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, a RAP das controladas da Companhia após o reajuste tarifário passou a ser de:

	RAP	REH	Efeito reajuste tarifário	RTP	Aplicação
SPE 01	119.866	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 02	107.467	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 03	156.658	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 04	282.653	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 05	130.419	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 06	161.719	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025
SPE 08	203.761	3.481/2025	5,32%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2025

A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço. O contrato de concessão é classificado como ativos de contrato e passa a ser classificados como ativo financeiro após emissão do Aviso de Crédito (AVC).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	15	31	16.618	108.827
Equivalentes de caixa (a)				
Aplicação direta				
Certificado de depósito bancário – CDB	97	2.640	99.419	429.118
Operações compromissadas (b)	10.288	715.082	33.895	715.082
Fundo de investimento				
Operações Compromissadas	-	-	-	24.934
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	-	13.928
Fundo de investimento aberto	-	-	-	4.244
Subtotal de caixa e equivalentes	10.385	717.722	133.314	1.187.306
Total	10.400	717.753	149.932	1.296.133

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito.

(b) A redução observada nos saldos da Controladora ocorre, principalmente, devido ao pagamento de dividendos à Equatorial S.A, antigo controlador.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 97,80% do CDI (101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fundos de investimentos (a)				
Cotas de fundos de investimento	26.890	391.486	26.890	1.186.138
Cotas de fundos de investimento (FIDC) (b)	-	-	1	42
Títulos públicos	-	-	-	45.380
Letra financeira	-	-	-	13.515
Fundo de investimento aberto (c)	106.701	-	325.778	5.255
Recursos vinculados (d)	-	-	51.233	100.514
Total circulante	133.591	391.486	403.902	1.350.844
Não circulante				
Recursos vinculados (d)	-	-	56.923	653.372
Total não circulante	-	-	56.923	653.372
Total (e)	133.591	391.486	460.825	2.004.216

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras ou companhias de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 10 (c) – Fornecedores;
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (d) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo utilização do recurso.
- (e) A variação ocorre devido aos saldos da Echo Energia e Echo Crescimento e redução de capital conforme apresentado na NE 23 – Operação descontinuada.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 99,26% do CDI (94,90% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7 Contas a receber de concessionárias e permissionárias (Consolidado)

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 das suas controladas:

	2025	2024
A vencer	116.815	106.204
Saldo vencidos		
90 dias	3.068	8.656
de 91 a 180 dias	7.437	5.842
de 181 a 360 dias	5.644	11.480
acima de 361 dias (a)	48.801	23.335
Subtotal transmissão (b)	181.765	155.517
Geração (c)	-	197.789
Total	181.765	353.306

- (a) As controladas, na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atuam como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, as controladas não possuem responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9 é realizada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do exercício e eventuais mudanças no risco de crédito são continuamente monitorados.

- (c) Redução refere-se à alteração de controle acionário das controladas Echoenergia Participações S.A. e Echoenergia Crescimento S.A. conforme NE 23 – Operação descontinuada

8 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
	Participação	2025	2024	2025	2024
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Controladas					
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	545.031	326.708	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	448.359	302.444	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	765.322	616.056	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	960.880	973.162	-	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	592.733	471.672	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	620.137	645.720	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	100,00%	-	-	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	889.747	646.383	-	-
Echoenergia Participações S.A. (i)	100,00%	-	6.807.903	-	-
Echoenergia Crescimento S.A. (i)	100,00%	-	700.110	-	-
Equatorial Transmissora Holding S.A.	99,99%	1	1	-	-
Subtotal		4.822.210	11.490.159	-	-
Coligada					
Equatorial Renováveis (i)	26,30%	-	19.138	-	19.139
Total		4.822.210	11.509.297	-	19.139

- i. Redução refere-se à alteração de controle acionário da Echoenergia Participações S.A., Echoenergia Crescimento S.A. e Equatorial renováveis.

Em 17 de outubro de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia, com restituição à acionista Equatorial S.A., mediante a entrega das participações detidas nas sociedades Echoenergia Crescimento S.A., Echoenergia Participações S.A. e Equatorial Renováveis, com base nas posições patrimoniais de 30 de setembro de 2025. A operação resultou na perda de controle dessas sociedades e sua consequente desconsolidação.

8.1 Movimentação dos investimentos em controladas e coligada

	2024	Aumento de capital	Redução de capital	Dividendos	Resultado de Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial das operações descontinuadas (a)	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Outros (b)	2025
Controladas										
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	326.708	-	-	(46.870)	265.193	-	-	-	-	545.031
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	302.444	-	-	(65.621)	211.536	-	-	-	-	448.359
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	616.056	-	-	(69.977)	219.243	-	-	-	-	765.322
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	973.162	-	-	(462.565)	450.283	-	-	-	-	960.880
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	471.672	-	-	(76.869)	197.930	-	-	-	-	592.733
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	645.720	-	-	(285.103)	259.520	-	-	-	-	620.137
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	646.383	-	-	(153.998)	397.362	-	-	-	-	889.747
Echoenergia Participações S.A. *	6.807.903	-	(6.538.028)	-	-	26.553	(213.795)	(324)	(82.309)	-
Echoenergia Crescimento S.A. *	700.110	186.553	(738.175)	-	-	(143.918)	-	(4.570)	-	-
Equatorial Transmissora Holding S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal	11.490.159	186.553	(7.276.203)	(1.161.003)	2.001.067	(117.365)	(213.795)	(4.894)	(82.309)	4.822.210
Coligada										
Equatorial Renováveis S.A. *	19.138	-	(14.980)	-	(4.158)	-	-	-	-	-
Total investimentos	11.509.297	186.553	(7.291.183)	(1.161.003)	1.996.909	(117.365)	(213.795)	(4.894)	(82.309)	4.822.210

*Em outubro de 2025, a partir da mudança de controle societário e redução do capital da Companhia, as empresas Echoenergia Participações S.A., Echoenergia Crescimento S.A e Equatorial Renováveis S.A. não são mais controladas da Companhia.

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Aumento de capital	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial das operações descontinuadas (a)	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Reclassificação	2024
Controladas									
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	285.152	-	(29.684)	71.240	-	-	-	-	326.708
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	248.922	-	(22.900)	76.422	-	-	-	-	302.444
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	543.481	-	(46.322)	118.897	-	-	-	-	616.056
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	837.726	-	(65.495)	200.931	-	-	-	-	973.162
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	419.749	-	(36.611)	88.534	-	-	-	-	471.672
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	556.701	-	(39.703)	128.722	-	-	-	-	645.720
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	489.658	-	-	98.782	-	-	-	(588.440)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	534.243	-	(31.999)	144.139	-	-	-	-	646.383
Echoenergia Participações S.A.*	6.859.388	113.000	-	-	122.555	(285.060)	-	(1.980)	6.807.903
Echoenergia Crescimento S.A.*	731.625	117.300	-	-	(166.605)	-	17.790	-	700.110
Equatorial Transmissora Holding S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal	11.506.645	230.301	(272.714)	927.667	(44.050)	(285.060)	17.790	(590.420)	11.490.159
Coligada									
Equatorial Renováveis S.A.	-	40.000	-	(20.864)	-	-	-	-	19.138
Total investimentos	11.506.645	270.301	(272.714)	906.803	(44.050)	(285.060)	17.790	(590.420)	11.509.297

(a) Referem-se aos saldos de ativos e passivo da Echoenergia Participações S.A. e Echoenergia Crescimento S.A. de acordo com a operação de desconsolidação após a mudança de controle acionário.

(b) O valor refere-se à devolução recebida em 07 de agosto de 2025 de parte do preço anteriormente pago pela aquisição da Echoenergia Participações S.A. A devolução refere-se ao ajuste de preço de aquisição.

8.2 Informações das controladas - Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente.

Balanco patrimonial em 2025							Resultado em 2025					
Saldos em 2025	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita Líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	189.667	51.245	1.094.009	687.399	545.031	414.402	406.796	(1.109)	(24.233)	(116.261)	265.193
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	174.143	47.987	945.587	623.384	448.359	330.158	323.580	(320)	(21.440)	(90.284)	211.536
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	262.579	69.277	1.419.718	847.698	765.322	349.745	324.701	(1.223)	(28.566)	(75.669)	219.243
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	475.439	120.851	2.509.488	1.903.196	960.880	707.783	694.940	(3.590)	(64.200)	(176.867)	450.283
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	212.798	48.181	1.167.051	738.935	592.733	301.238	296.791	(875)	(24.593)	(73.393)	197.930
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	268.067	64.027	1.443.757	1.027.660	620.138	380.940	374.792	(1.095)	(24.407)	(89.770)	259.520
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	303.706	74.736	1.800.486	1.139.708	889.747	626.077	609.978	(5.543)	(35.590)	(171.483)	397.362
Equatorial Transmissora Holding S.A.	99,99%	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
		1.886.399	476.304	10.380.096	6.967.980	4.822.210	3.110.343	3.031.578	(13.755)	(223.029)	(793.727)	2.001.067

Balanco patrimonial em 2024							Resultado em 2024					
Saldos em 2024	Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita Líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	183.423	49.431	760.354	567.638	326.708	134.924	124.338	(1.590)	(27.480)	(24.028)	71.240
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	197.060	47.736	689.883	536.763	302.444	134.518	128.341	(1.357)	(25.284)	(25.278)	76.422
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	279.739	70.430	1.197.121	790.374	616.056	195.716	187.444	(2.212)	(34.242)	(32.093)	118.897
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	767.306	119.958	2.027.960	1.702.146	973.162	352.546	337.838	(2.959)	(75.183)	(58.765)	200.931
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	173.664	49.259	1.018.354	671.087	471.672	150.668	144.962	(1.427)	(28.852)	(26.149)	88.534
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	444.311	68.061	1.194.653	925.183	645.720	201.448	197.934	(1.489)	(31.759)	(35.964)	128.722
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	331.066	74.455	1.334.710	944.938	646.383	251.665	230.539	(2.166)	(43.203)	(41.031)	144.139
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	727.958	609.405	6.130.094	3.782.104	2.466.543	1.067.709	454.468	(93.471)	(261.698)	(2.290)	97.009
Echoenergia Crescimento S.A.	100,00%	144.792	497.658	2.900.431	1.847.455	700.110	136.912	44.337	(55.812)	(150.560)	(4.571)	(166.606)
Equatorial Transmissora Holding S.A.	99,99%	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
		3.249.320	1.586.393	17.253.560	11.767.688	7.148.799	2.626.106	1.850.201	(162.483)	(678.261)	(250.169)	759.288

8.3 Conciliação dos investimentos em controladas e coligada

2025								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento			
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	545.031	265.193	265.193	545.031			
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	448.359	211.536	211.536	448.359			
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	765.322	219.243	219.243	765.322			
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	960.880	450.283	450.283	960.880			
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	592.733	197.930	197.930	592.733			
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	620.137	259.520	259.520	620.137			
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	889.747	397.362	397.362	889.747			
Equatorial Transmissora Holding S.A.	100,00%	1	-	-	1			
Subtotal		4.822.210	2.001.067	2.001.067	4.822.210			
Coligada								
Equatorial Renováveis (resultado)		-	-	(4.158)	-			
Total		4.822.210	2.001.067	1.996.909	4.822.210			

2024								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (d)	Amortização do direito da concessão (a)	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Valor do investimento
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	100,00%	326.708	71.240	71.240	-	326.708	-	326.708
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	100,00%	302.444	76.422	76.422	-	302.444	-	302.444
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	100,00%	616.056	118.897	118.897	-	616.056	-	616.056
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	100,00%	973.162	200.931	200.931	-	973.162	-	973.162
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	100,00%	471.672	88.534	88.534	-	471.672	-	471.672
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	100,00%	645.720	128.722	128.722	-	645.720	-	645.720
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	100,00%	646.383	144.139	144.139	-	646.383	-	646.383
Echoenergia Participações S.A.	100,00%	2.466.543	97.009	122.554	(285.060)	2.466.543	4.341.360	6.807.903
Echoenergia Crescimento S.A.	100,00%	700.110	(166.606)	(166.606)	-	700.110	-	700.110
Equatorial Transmissora Holding S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-	1
Subtotal		7.148.799	759.288	784.833	(285.060)	7.148.799	4.341.360	11.490.159
Transmissora SPE 07 (Resultado) (c)	-	-	98.782	98.782	-	-	-	-
Coligada								
Equatorial Renováveis	26,30%	-	-	(20.864)	-	-	-	19.138
Total(d)		7.148.799	858.070	862.753	(285.060)	7.148.799	4.341.360	11.509.297

- (a) O resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito amortização do direito de concessão no montante de 285.060 em 2024, conforme item 23, letra (a), do ICPC 09;
- (b) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição da controlada Echoenergia Participações S.A.; e
- (c) Referem-se aos saldos de ativos e passivo da Equatorial Transmissão 7 SPE S.A. na data-base de 30 de novembro de 2024 devido a alienação.
- (d) O montante de 862.753 refere a equivalência patrimonial das controladas e coligadas no montante de 906.803 e da equivalência patrimonial das operações descontinuadas no montante de (44.050).

9 Ativo de contrato (Consolidado)

A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrado:

9.1 Movimentação dos ativos de contrato

Consolidado	2025	2024
Saldo inicial	9.290.145	10.173.334
Receita de construção (a)	-	8.806
Receita de operação e manutenção (O&M)	117.199	108.507
Remuneração (b)	1.350.884	1.427.332
Revisão de premissas do ativo de contrato (c)	1.972.846	-
Amortização (d)	(1.230.384)	(1.163.196)
Reclassificação (e)	-	(1.264.638)
Saldo final	11.500.690	9.290.145
Circulante	1.182.483	1.123.855
Não circulante	10.318.207	8.166.290

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de implementação reconhecida no período, conforme nota explicativa nº 18 – Receita operacional líquida (Consolidado); referem-se aos esforços e melhorias conforme REA nº 14.106/2023, nº 10.861/2021 e nº 15.016/2024, relacionadas a SPE01, SPE08, respectivamente.
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A atualização do fluxo com base em estimativas de alterações futuras à RAP. Fundamenta-se nas mudanças de premissas do novo controlador, principalmente, quanto à indenização do valor residual dos ativos não depreciáveis até o final da concessão trazido a valor presente e à revisão do custo operacional. Essas revisões resultaram na aplicação de novas estimativas nos valores da RAP. Em função disso, o fluxo financeiro do ativo contratual foi ajustado, resultando em um resultado de R\$ 162.977 em 31 de dezembro de 2025.
- (d) O saldo decorre da amortização dos ativos de contrato, pelo recebimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento;
- (e) Referem-se aos saldos de ativos e passivo da Equatorial Transmissão 7 SPE S.A. na data-base de 30 de novembro de 2024 devido a alienação dessa SPE.

10 Fornecedores (Consolidado)

	2025	2024
Encargos de uso da rede elétrica	107	49
Materiais e serviços (a)	37.490	92.349
Partes relacionadas – nota explicativa nº 22	-	291
Outros (b)	-	38.524
Total	37.597	131.213

- (a) Referem-se, principalmente, a materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do período. A redução refere-se ao saldo da ex controlada Echoenergia Crescimento S.A (controlada até 30 setembro de 2025); e
- (b) O saldo em 2024 era referente a antiga controlada Echoenergia Crescimento S.A. que foi desconsolidado em 2025 devido a alteração de controle acionário.

O saldo total de fornecedores de R\$ 37.597 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 131.213 em 31 de dezembro de 2024), não incide juros.

Em 31 de dezembro de 2025 não há saldo com fornecedores – risco sacado, ou seja, que fazem acordo de financiamento de fornecedores (R\$ 1.052 em 31 de dezembro de 2024).

11. Empréstimos e financiamentos

11.1. Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
		Principal e encargos			Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Estrangeira (USD)							
Santander	CDI + 0,98%				154.627	-	-
Safra	CDI + 1,55%	-	-	-	153.941	-	-
Total moeda estrangeira		-	-	-	308.568	-	308.568
Moeda Nacional (R\$)							
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	TJLP + 0,00% a 2,88% / IPCA + 4,93% a 7,57%	86.402	1.636.280	1.722.682	202.586	2.852.707	3.055.293
Banco do Brasil	IPCA + 0,96% a 1,62%	31.758	351.434	383.192	68.962	755.343	824.305
Banco do Nordeste	IPCA + 1,83% a 11,00% / 2,50%	76.023	1.205.566	1.281.589	180.012	2.730.870	2.910.882
Subtotal		194.183	3.193.280	3.387.463	451.560	6.338.920	6.790.480
(-) Custo de captação		(872)	(10.936)	(11.808)	(4.569)	(52.259)	(56.828)
Total moeda nacional		193.311	3.182.344	3.375.655	446.991	6.286.661	6.733.652
Total		193.311	3.182.344	3.375.655	755.559	6.286.661	7.042.220

11.2. Garantias

Moeda Nacional (R\$)	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes + Direitos Creditórios
Banco do Brasil	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes
Banco do Nordeste	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva + Ações + Equipamentos + Direitos Emergentes + Direitos Creditórios

11.3. Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2025	
	Valor	%
Circulante	193.311	6%
2027	190.737	6%
2028	195.697	6%
2029	201.284	6%
2030	206.459	6%
De 2031 e 2036	2.399.103	71%
Subtotal	3.193.280	95%
Custo de captação/ ajuste a valor presente (Não circulante)	(10.936)	(1%)
Não circulante	3.182.344	94%
Total	3.375.655	100%

11.4. Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos no exercício está conforme a seguir demonstrada:

Consolidado

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira (USD)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	446.991	6.286.661	308.568	7.042.220
Ingressos (a)	-	12.722	-	12.722
Encargos	202.597	(1.853)	-	200.744
Variação monetária e cambial	3.553	73.850	-	77.403
Transferências	182.313	(182.313)	-	-
Reclassificação (b)	(260.095)	(3.006.723)	(308.568)	(3.575.386)
Amortizações de principal	(176.929)	-	-	(176.929)
Pagamento de juros	(205.992)	-	-	(205.992)
Custo de captação (c)	873	-	-	873
Saldos em 31 de dezembro de 2025	193.311	3.182.344	-	3.375.655
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira (USD)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.363.753	6.426.674	630.376	8.420.803
Ingressos	4.235	379.775	1.730.000	2.114.010
Encargos	382.390	198	34.597	417.185
Variação monetária e cambial	124.703	101.032	110.440	336.175
Transferências	387.463	(387.463)	-	-
Desconsolidação de controlada(b)	(19.065)	(229.749)	-	(248.814)
Amortizações de principal	(1.311.653)	-	(2.162.852)	(3.474.505)
Pagamento de juros	(494.257)	-	(33.993)	(528.250)
Custo de captação (c)	9.422	(3.806)	-	5.616
Saldos em 31 de dezembro de 2024	446.991	6.286.661	308.568	7.042.220

(a) Aquisição de empréstimos conforme descrito na nota explicativa 11.5 – Ingressos;

(b) Referem-se aos saldos de ativos e passivo das ex controladas na data-base de 31 de dezembro de 2024.

(c) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

11.5. Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do ingresso	Pagamento de juros	amortização	Destinação de recurso	Encargo financeiro (a.a.)	Taxa efetiva com derivativo (a.a.)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	Banco do Brasil	12.721	fev-25	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 1,619%	Não se aplica
Total:		12.721						

11.6. Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas possuem garantias fidejussórias, recebíveis, penhor de ações, fianças bancárias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Os indicadores abaixo obedecem fidedignamente aos conceitos de índice de cobertura da dívida (ICSD), conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	
Covenants Empréstimos	BNDES
ICSD>=1,30	2,20

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	
Covenants Empréstimos	BNDES
ICSD>=1,30	2,65

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos.

12. Debêntures

12.1. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

Controladora	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	95.550	898.587	994.137
Encargos	47.155	-	47.155
Variação monetária	3.683	36.692	40.375
Transferências	82.901	(82.901)	-
Amortização de principal	(84.860)	-	(84.860)
Pagamento de juros	(47.408)	-	(47.408)
Custo de captação (a)	1.937	-	1.937
Saldo em 31 de dezembro de 2025	98.958	852.378	951.336
Controladora	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	82.778	931.912	1.014.690
Encargos	52.230	-	52.230
Variação monetária	19.935	31.371	51.306
Transferências	64.696	(64.696)	-
Amortização de principal	(75.148)	-	(75.148)
Pagamento de juros	(51.669)	-	(51.669)
Custo de captação (a)	2.728	-	2.728
Saldo em 31 de dezembro de 2024	95.550	898.587	994.137

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui as seguintes emissões vigentes:

Emissão	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	Em 31 de dezembro de 2025		
							Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	98.958	852.378	951.336

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
- (3) Não conversíveis em ações;
- (4) Espécie quirografária;
- (5) Debêntures incentivadas;

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Consolidado

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	327.661	3.152.988	3.480.649
Encargos	74.319	-	74.319
Transferência	105.569	(105.569)	-
Reclassificação (a)	(192.755)	(1.733.052)	(1.925.807)
Amortização de principal	(117.984)	-	(117.984)
Pagamento de juros	(74.760)	-	(74.760)
Variação monetária	14.543	49.885	64.428
Custo de captação (c)	3.456	-	3.456
Saldo em 31 de dezembro de 2025	140.049	1.364.252	1.504.301

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	193.813	2.444.543	2.638.356
Ingressos	-	1.050.000	1.050.000
Encargos	200.909	-	200.909
Transferência	232.224	(232.224)	-
Reclassificação	(4.470)	(169.015)	(173.485)
Amortização de principal	(179.338)	-	(179.338)
Pagamento de juros	(161.277)	-	(161.277)
Variação monetária	37.390	120.390	157.780
Custo de captação	8.410	(60.706)	(52.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	327.661	3.152.988	3.480.649

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo significa, adição.

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem as seguintes emissões vigentes:

Consolidado	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2025		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Transmissão S.A. (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	98.958	852.378	951.336
Equatorial Transmissora SPE 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	7.505	54.152	61.657
Equatorial Transmissora SPE 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	6.808	44.311	51.119
Equatorial Transmissora SPE 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	5.991	45.697	51.688
Equatorial Transmissora SPE 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	7.172	38.559	45.731
Equatorial Transmissora SPE 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	3.515	85.085	88.600
Equatorial Transmissora SPE 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	5.207	128.725	133.932
Equatorial Transmissora SPE 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	4.893	115.345	120.238
Total								140.049	1.364.252	1.504.301

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
- (3) Não conversíveis em ações;
- (4) Espécie quirografária;
- (5) Debêntures incentivadas;
- (6) Garantia adicional fidejussória; e
- (7) Garantia adicional real.

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

12.2. Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Controladora

	2025	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	98.958	10%
2027	87.030	9%
2028	87.023	9%
2029	87.030	9%
2030	87.050	9%
De 2031 e 2036	522.164	55%
Subtotal	870.297	92%
Custo de captação (não circulante)	(17.919)	(2%)
Não circulante	852.378	90%
Total	951.336	100%

Consolidado

	2025	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	140.049	9%
2027	125.849	8%
2028	130.513	9%
2029	133.943	9%
2030	126.922	8%
De 2031 e 2036	879.090	59%
Subtotal	1.396.317	93%
Custo de captação (não circulante)	(32.065)	(2%)
Não circulante	1.364.252	91%
Total	1.504.301	100%

12.3. Garantias

Controladas	Garantias
Equatorial Transmissão 1	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 2	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 3	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 5	Aval/Fiança
Equatorial Transmissão 8	Aval/Fiança

12.4. *Covenants* das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e reais, *covenants* não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Os indicadores abaixo obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Transmissão

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
1ª Dívida Líquida/EBITDA: $\leq 5,0$	4,19

Controladas diretas

SPE 1

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida Líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$	2,89

SPE 2

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida Líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$	3,15

SPE 3

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida Líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$	3,12

SPE 5

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida Líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$	2,75

SPE 8

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida Líquida/EBITDA Companhia: $\leq 4,5$	3,55

13. PIS e COFINS diferidos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2025	2024
PIS	189.760	153.304
COFINS	874.053	706.128
	<u>1.063.813</u>	<u>859.432</u>
Circulante	50.259	38.766
Não circulante	1.013.554	820.666

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	2025	2024
Receita de construção	-	8.806
Receita sobre ativos financeiros	3.323.730	1.427.332
Receita Anual Permitida – RAP	(1.230.383)	(1.145.850)
Receita de Operação e Manutenção	117.199	108.507
Base para PIS/COFINS diferido	2.210.546	398.795
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos 2025 (i)	204.474	36.889
Ajuste de PIS/COFINS (ii) / (a)	-	(216.018)
Reclassificação (b)	-	(106.943)
Saldo no início do exercício (iii)	859.338	1.145.504
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii) + (iii)	<u>1.063.813</u>	<u>859.432</u>

(a) As controladas transmissoras da Companhia amortizam o PIS/COFINS diferido constituído no período de concessão, conforme recebimento da receita mensal, para mais detalhes sobre a variação, ver nota explicativa nº 18 – Receita operacional líquida; e

(b) Referem-se aos saldos de ativos e passivo da Equatorial Transmissão 7 SPE S.A. na data-base de 30 de novembro de 2024 e aos passivos da Echoenergia S.A devido a alienação.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, sendo mantidos nos registros das controladas da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

A Companhia e suas controladas acompanharão de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

14.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

Controladora	2025		2024 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.668.139	1.668.139	774.015	774.015
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	417.035	150.132	(193.504)	(69.661)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	331	119	57	21
Equivalência patrimonial	416.437	149.918	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	267	95	193.447	69.640
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	-	-	-	-

Consolidado	2025		2024 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.579.231	2.579.231	1.063.524	1.063.524
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(1.115.733)	(401.664)	(265.881)	(95.717)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	418.806	150.035	(42.684)	(20.142)
Incentivo PAT	71	-	68	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	154.756	-	134.715	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	(2)	134
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(542.100)	(251.627)	(173.784)	(115.725)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	3.505	(52.867)	(45.906)	(63.500)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(545.605)	(198.760)	(127.878)	(52.225)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(542.100)	(251.627)	(173.784)	(115.725)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	12,00%	6,00%	16,00%	11,00%

14.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Ativos de:		
Prejuízo fiscal (a)	56.734	56.732
Base negativa (a)	383	2.728
	<u>57.117</u>	<u>59.460</u>
Diferenças temporárias		
Provisão para participação nos lucros (a)	1.612	1.552
Receita de comercialização (a)	-	156.492
Outras despesas não dedutíveis	156	118
Total	<u>1.768</u>	<u>158.162</u>
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Swap	-	(2.354)
Custo/Receita CPC 47	(2.314.681)	(1.572.563)
Receita de comercialização (a)	-	(108.983)
Outras despesas não dedutíveis	(928)	(926)
Subtotal	<u>(2.315.609)</u>	<u>(1.684.826)</u>
Ativo diferido líquido	58.885	217.622
Passivo diferido líquido	<u>(2.315.609)</u>	<u>(1.684.826)</u>
Total IRPJ e CSLL passivo diferidos	<u>(2.256.724)</u>	<u>(1.467.204)</u>

(a) O saldo de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição e diferença temporária de provisão para participação nos lucros e receita de comercialização, representam o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas diretas. Os impostos diferidos totalizaram R\$ 58.885 e estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovadas pelo Conselho de Administração.

14.3. Movimentação dos tributos diferidos

	2024	Reconhecimento no resultado	Baixas (a)	Reclassificação (b)	Outros resultados abrangentes	2025	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	56.732	-	-	-	-	56.732	56.732	-
Base negativa de CSLL	2.728	(2.345)	-	-	-	383	383	-
Provisão para participação nos lucros	1.552	60	-	-	-	1.612	1.612	-
Contratos de comercialização	47.509	-	-	(47.509)	-	-	-	-
Custo/Receita – CPC 47	(1.572.563)	(742.118)	-	-	-	(2.314.681)	-	(2.314.681)
Swap (marcação de mercado)	(2.354)	-	2.354	-	-	-	-	-
Outras despesas não dedutíveis	(808)	34	2	-	-	(770)	158	(928)
Total	<u>(1.467.204)</u>	<u>(744.365)</u>	<u>2.356</u>	<u>(47.509)</u>	<u>-</u>	<u>(2.256.724)</u>	<u>58.885</u>	<u>(2.315.609)</u>

	2023	Reconhecimento no resultado	Baixas (a)	Reclassificação (b)	Outros resultados abrangentes	2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	69.571	-	(1.461)	(11.378)	-	56.732	56.732	-
Base negativa de CSLL	9.023	(6.189)	(106)	-	-	2.728	2.728	-
Provisão para participação nos lucros	1.376	267	-	(91)	-	1.552	1.552	-
Contratos de comercialização	220	47.289	-	-	-	47.509	156.492	(108.983)
Custo/Receita – CPC 47	(1.539.649)	(221.588)	-	188.674	-	(1.572.563)	-	(1.572.563)
Swap (marcação de mercado)	-	-	-	-	(2.354)	(2.354)	-	(2.354)
Outras despesas não dedutíveis	(926)	118	-	-	-	(808)	118	(926)
Total	<u>(1.460.385)</u>	<u>(180.103)</u>	<u>(1.567)</u>	<u>177.205</u>	<u>(2.354)</u>	<u>(1.467.204)</u>	<u>217.622</u>	<u>(1.684.826)</u>

(a) Foram realizadas baixas no diferido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, referente a quitação parcial de parcelamento de PIS e COFINS decorrente da adesão do Programa de Autorregulização Incentivada da Receita Federal conforme IN 2.168/2023 e Lei 14.740/2023 e adesão ao Programa Litígio zero da receita Federal conforme IN 2.184/2024 e Lei 12.973/2014; e

(b) Referem-se aos saldos de ativos e passivo da Equatorial Transmissão 7 SPE S.A. na data-base de 30 de novembro de 2024 devido a alienação e em 2025 referente a desconsolidação da Echoenergia Participações S.A. e Echoenergia Crescimento S.A.

14.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração das controladas SPEs 01 a 08 (exceto SPE 07) estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2027.

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Total
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A	1.127	-	-	1.127
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A	1.020	-	-	1.020
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A	6.215	6.399	2.877	15.491
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A	11.703	5.675	-	17.378
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	5.307	19	-	5.326
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A	25	-	-	25
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A	9.272	5.814	3.432	18.518
Total	32.323	17.907	6.309	58.885

15. Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.668.139	774.015
(-) Reserva legal (5%)	-	(38.701)
Lucro líquido ajustado	1.668.139	735.314
Dividendos mínimos obrigatórios	16.683	135.564
Realização da reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	-	247.230
Dividendos intermediários	-	382.678
Total dividendos a distribuir	16.683	765.472

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	47.302
Dividendos mínimos obrigatórios/JSCP 2024	115.229
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024	247.230
Dividendos intermediários 2024	382.678
Pagamento de dividendos 2023	(47.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	745.137
Dividendos mínimos obrigatórios 2025	16.683
Realização da reserva de lucros a realizar	400.000
Pagamento de dividendos 2024	(1.145.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.683

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias.

Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

16. Provisão para riscos judiciais (Consolidado)

As controladas da Companhia possuem passivos contingentes que correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, conforme segue:

	2025	2024
Cíveis (a)	1.738	26.931
Fiscais (b)	656	16.055
Trabalhistas (c)	668	391
Total	3.062	43.377

(a) Cíveis

As contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia e de suas controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 1.738 (R\$ 26.931 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão.

(b) Fiscal

As contingências fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia e de suas controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 656 (R\$ 16.055 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão.

(c) Trabalhista

A possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 668 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foram constituídas provisões.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 217.424 (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 8.535.042), em ambos os exercícios representado por 8.136.388.296 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia S.A. - IEB. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Conforme ata da assembleia geral extraordinária de 17 de outubro de 2025, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 8.317.618 a título de restituição de capital a sua acionista (na época) Equatorial S.A. Do montante do capital reduzido, R\$ 1.026.438 foi efetuado em pagamento em espécie e saldo remanescente redução de participação acionária na Echoenergia Participação S.A. e Echoenergia Crescimento S.A.

17.2 Reserva de lucros

	2025	2024
Reserva legal	81.297	81.297
Reserva de lucros a realizar	2.679.963	1.428.507
Reserva para investimento e expansão	1.083.780	1.083.780
Total de reservas de lucros	3.845.040	2.593.584

17.2.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em virtude da reserva legal ter atingido o limite societário, não houve constituição da mesma no exercício corrente, sendo assim, em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$ 81.297 (R\$ 81.297 em 31 de dezembro de 2024).

17.2.3 Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude das controladas da Companhia estarem em operação, a reserva é utilizada para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar era R\$ 2.679.963 (R\$ 1.428.507 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.428.507	1.675.737
Realização	(400.000)	(247.230)
Constituição	1.651.456	-
Saldo final em 31 de dezembro	2.679.963	1.428.507

17.2.4 Reserva para investimento e expansão

A reserva é constituída com base no excesso do lucro do exercício não destinado de acordo com o art. 194 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva era de R\$ 1.083.780 (R\$ 1.083.780 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva estatutária prevista no Art. 30, item IX do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica.

17.3 Operação descontinuada

Em 17 de outubro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a redução do capital social da Companhia, com restituição à antiga controladora Equatorial S.A., mediante a entrega das participações detidas nas sociedades Echoenergia Crescimento S.A., Echoenergia Participações S.A. e Equatorial Renováveis S.A. com base nas posições patrimoniais de 30 de setembro de 2025. Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, a partir de 01 de novembro de 2025, com a conclusão do processo de alienação da totalidade das ações, o controle acionário das citadas Companhias passou a ser exercido, exclusivamente, pela Equatorial S.A.

A operação resultou na perda de controle dessas Companhias e sua consequente desconsolidação nas demonstrações financeiras consolidadas da Equatorial Transmissão S.A. Considerando que tais investidas atuavam no segmento de geração de energia elétrica, distinto do segmento de transmissão da Companhia, a transação foi classificada como operação descontinuada em conformidade com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

a) Reserva de operação descontinuada

Ajustes de avaliação patrimonial incluem a variação líquida do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa no valor de R\$ 17.002 que se refere à parcela efetiva da variação até o seu reconhecimento e que foram protegidos (ver nota explicativa nº 17.3). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de *hedge* de fluxo de caixa era de R\$ 324 (R\$ 4.570 em 31 de dezembro de 2024).

b) Resultado do exercício

O resultado do exercício da Echoenergia Crescimento S.A. e Echoenergia Participações S.A. é apresentado a seguir:

	2025	2024
Resultado Líquido da Operação Descontinuada		
Operações em continuidade		
Receita operacional líquida	1.075.188	1.204.621
Custos operacionais	(686.225)	(705.816)
Lucro bruto	388.963	498.805
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(51.342)	(72.824)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.171)	(38.697)
Total de receitas (despesas) operacionais	(64.513)	(111.521)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social	324.450	387.284
Receitas financeiras	111.123	98.631
Despesas financeiras	(482.237)	(510.889)
Resultado financeiro	(371.114)	(412.258)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	(46.663)	(24.974)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.914)	(66.365)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(68.786)	47.289
Impostos sobre o lucro	(70.700)	(19.076)
Lucro líquido das operações descontinuadas	(117.365)	(44.050)

c) Demonstração de fluxo de caixa

Os fluxos de caixa líquidos incorridos são:

	2025	2024
Fluxo de caixa		
Atividade Operacional	234.412	193.493
Atividade de Investimento	(57.844)	(482.190)
Atividade de Financiamento	24.859	148.603
Total	201.427	(140.094)

18. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2025	2024 (reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura (a)	-	8.806
Receita de operação e manutenção (b)	117.199	108.507
	<u>117.199</u>	<u>117.313</u>
PIS/COFINS corrente	(3.937)	(9.834)
PIS/COFINS diferidos (e)	-	(815)
Encargos do consumidor (c)	(15.329)	(16.538)
	<u>(19.266)</u>	<u>(27.187)</u>
Receita de implementação de infraestrutura, líquidas	<u>97.333</u>	<u>90.126</u>
Receita de remuneração de ativos de contrato		
Remuneração de ativos de contrato (d)	1.350.884	1.427.332
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP (d)	1.972.846	-
PIS/COFINS corrente	(106.845)	(118.697)
PIS/COFINS diferidos (e)	(204.475)	179.917
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	<u>3.012.410</u>	<u>1.488.552</u>
Receita operacional líquida	<u>3.110.343</u>	<u>1.578.678</u>

(a) Referem-se aos reforços e melhorias conforme REA nº 14.106/2023, nº 10.861/2021 e nº 15.016/2024, relacionadas a SPE01, SPE08 e SPE07, respectivamente;

(b) A receita de Operação e Manutenção (O&M) é proveniente dos serviços prestados para a manutenção e operação do ativo de contrato da transmissora. A receita é reconhecida e mensurada com base nos custos incorridos do período e na margem de lucro esperada para a obrigação de desempenho conforme contrato;

(c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

(d) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 9 Ativos de contrato;

(e) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 204.475 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 179.917 em 31 de dezembro de 2024);

19. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais (Consolidado)

a. Custos operacionais

	2025	2024 (reapresentado) (i)
Pessoal	(23.980)	(24.070)
Material	(1.560)	(659)
Serviços de terceiros	(51.613)	(45.438)
Custo de construção	-	(5.415)
Depreciação / Amortização	(233)	1.455
Arrendamento e aluguéis	(375)	8.046
Energia elétrica comprada para revenda	-	-
Outros	(1.004)	(10.943)
Total	<u>(78.765)</u>	<u>(77.024)</u>

(i) A variação do saldo comparativo refere-se basicamente à desconsolidação da Echoenergia Participações e Crescimento.

b. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024 (reapresentado)
Pessoal (a)	2.420	(11.798)
Material	(4)	(383)
Serviços de terceiros (b)	(6.726)	(30.600)
Depreciação / Amortização	(216.494)	(244.489)
Arrendamento e aluguéis	(61)	(28)
Outros (b)	(908)	(3.905)
Total	<u>(221.773)</u>	<u>(291.203)</u>

(a) O saldo em 2025 das despesas com pessoal ocorre em função da reversão de despesas do plano de stock options, que se tratava de um incentivo da antiga controladora, não sendo mais aplicável na troca de controle.

(b) A variação refere-se basicamente a troca de controle acionário da Echoenergia Participações e Crescimento.

20. Outras despesas/receitas operacionais (Consolidado)

	2025	2024 (reapresentado)
Outras receitas operacionais		
Ganho na alienação de subsidiária (a)	-	252.188
Outras receitas operacionais	3.226	-
Total de outras receitas operacionais	<u>3.226</u>	<u>252.186</u>
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(3.619)	-
Baixa de recebíveis incobráveis	-	(36)
Outras despesas operacionais	<u>(1.718)</u>	<u>(1.934)</u>
Total de outras despesas operacionais	<u>(5.337)</u>	<u>(1.970)</u>
Total outras despesas/receitas operacionais, líquidas	<u>(2.111)</u>	<u>250.216</u>

(a) O saldo de 2024 refere-se ao ganho reconhecido na operação de alienação da subsidiária Equatorial Transmissora SPE 07 S.A.

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (reapresentado)
Receita financeira				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	72.186	63.737	205.260	145.458
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	4.182	-	4.182
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.437)	(4.301)	(10.891)	(9.848)
Variação monetária da dívida	-	-	-	1.612
Outras receitas financeiras	23.242	28.752	14.777	33.134
Total de receitas financeiras	90.991	92.370	209.146	174.538
Despesas financeiras				
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(79)	-	57.453
Encargos da dívida (b)	(49.093)	(59.062)	(274.692)	(374.568)
Variação monetária da dívida (b)	(40.374)	(57.270)	(141.830)	(174.569)
Outras despesas financeiras	(2.799)	(354)	(16.928)	3.062
Total de despesas financeiras	(92.266)	(116.765)	(433.450)	(488.082)
Resultado financeiro líquido	(1.275)	(24.395)	(224.304)	(313.544)

- a) Variação do saldo refere-se a desconsolidação das operações da Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento que impactou pontualmente na comparabilidade da rubrica;
- b) Variação conforme modelagem de pagamento de empréstimos e debentures

22. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamentos, empréstimos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	Controladora			
		2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	-	2.521	1.124	3.948
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	-	2.485	1.109	3.895
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	-	3.242	1.448	5.096
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	-	2.707	1.193	4.166
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	-	1.729	735	2.514
Total		-	12.684	5.609	19.619
Empréstimos (mútuos financeiros a receber)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Echoenergia Crescimento S.A.	(*)	-	-	59.797	-
Echoenergia Participações S.A.	(*)	-	-	283	-
Equatorial Renováveis S.A.	(*)	-	-	12.927	-
		-	-	73.007	-
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	2498	-	2.278	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	1945	-	1.713	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	1839	-	7.216	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	4135	-	11.652	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	1792	-	5.976	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	2305	-	9.019	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	3708	-	4.227	-
Total		18.222	-	42.081	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	-	-	(1)	(16)
Total:		-	-	(1)	(16)
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial S.A.	(d)	-	-	(745.137)	-
IEB	(d)	(16.683)	-	-	-

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Nota	Consolidado			
		2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	913	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	3.202	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	560	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	607	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(*)	-	-	1.826	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	(*)	-	-	156	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	2.073	-
Total		-	-	9.337	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	350	1.028
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	501	1.371
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	118	375
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	164	565
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(e)	-	-	168	591
Companhia de Eletricidade do Amapá	(e)	-	-	54	139
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	407	650
Equatorial Renováveis S.A.	(e)	-	-	1.316	6.100
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A	(e)	-	2.521	578	2.001
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A	(e)	-	2.485	549	1.849
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A	(e)	-	3.242	870	3.102
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	(e)	-	2.707	527	1.920
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A	(e)	-	1.729	767	2.831
Total		-	12.684	6.369	25.522
Mútuos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Renováveis S.A.		-	-	12.927	-
		-	-	12.927	-
Compromissos futuros a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Renováveis S.A.	(*)	-	-	1.338	-
Total		-	-	1.338	-
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Telecomunicações S.A.	(*)	-	-	(1)	-
Subtotal		-	-	(1)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(*)	-	-	(290)	-
Subtotal		-	-	(290)	-
Total		-	-	(291)	-
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial S.A.	(*)	-	-	-	(155)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	(550)	(2.183)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	(326)	(1.191)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	(173)	(436)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(*)	-	-	(130)	(388)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(*)	-	-	(199)	(414)
Companhia de Eletricidade do Amapá	(*)	-	-	(48)	(122)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S. A	(*)	-	-	(539)	(801)
Equatorial Transmissora 1 SPE S. A	(*)	-	-	(310)	(796)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A	(*)	-	-	(422)	(1.195)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A	(*)	-	-	(142)	(285)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A	(*)	-	-	(2.618)	(10.933)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A	(*)	-	-	(504)	(1.166)
Equatorial Transmissora 6 SPE S. A	(*)	-	-	(141)	(341)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A	(*)	-	-	(269)	(474)
Total		-	-	(6.371)	(20.880)

EQUATORIAL TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Nota	Consolidado			
		2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial S.A.	(d)	-	-	(745.137)	-
IEB – Infraestrutura e energia do Brasil SA	(d)	(16.683)	-	-	-
Compromissos futuros a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Renováveis S.A.	(*)	-	-	(2.604)	-

* O saldo refere-se a empresas que não fazem mais parte da controladora Equatorial Transmissão S.A, logo os saldos foram liquidados.

- (a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas transmissoras (Contratantes) e a (Contratada) Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido.
- (b) Saldo dos dividendos a receber das Transmissoras controladas referente ao exercício de 2025;
- (c) Saldo referente a custos de licenciamento anual de software;
- (d) Saldo de dividendos a pagar para a controladora IEB em 31 de dezembro de 2025 e Equatorial S.A. em 31 de dezembro de 2024;
- (e) Valores referem-se a RAP faturadas e recebidas decorrentes de operações do mesmo grupo econômico das controladas transmissoras da Companhia, por meio da Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão (TUST);

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com três membros do Conselho de Administração e dois membros na Diretoria Executiva, que quando remunerados, serão diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há remuneração fixada.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

(b) Garantias

A Companhia presta garantia como avalista e/ou fiadora da Companhia e de suas controladas sem ônus nas fianças e apólices de seguro e com ônus (remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures das concessionárias.

23. Instrumentos financeiros

23.1. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 11.6 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 12.4 – *Covenants* das debêntures.

23.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

23.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	15	15	31	31
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	10.385	10.385	712.872	712.722
Títulos e valores mobiliários	2	Valor justo por meio do resultado	133.591	133.591	391.486	391.486
Total do ativo			<u>143.991</u>	<u>143.991</u>	<u>800.682</u>	<u>800.682</u>

Passivo			2025		2024	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	158	158	1.723	1.723
Debêntures	2	Custo amortizado	951.336	951.336	994.137	879.279
Total do passivo			<u>951.494</u>	<u>951.494</u>	<u>995.860</u>	<u>881.002</u>

Consolidado			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	16.618	16.618	108.827	108.827
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	133.314	133.314	1.187.306	1.187.306
Títulos e valores mobiliários	2	Valor justo por meio do resultado	460.825	460.825	2.004.216	2.004.216
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	181.765	181.765	422.766	422.766
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	14.125	14.125
Compromissos futuros	-		-	-	9.598	9.598
Total do ativo			<u>792.522</u>	<u>792.522</u>	<u>3.746.838</u>	<u>3.746.838</u>

Passivo			2025		2024	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	37.597	37.597	131.213	131.213
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.375.655	3.375.655	7.042.220	7.159.361
Debêntures	2	Custo amortizado	1.504.301	1.504.301	3.480.649	3.181.714
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	-	-	66.219	66.219
Compromissos futuros	-		-	-	8.586	8.586
Total do passivo			<u>4.917.553</u>	<u>4.917.553</u>	<u>10.728.887</u>	<u>10.547.093</u>

- Caixa – Depósitos bancários - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- Equivalentes de caixa - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

- Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

23.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 10.400 e R\$ 149.932, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 717.753 e R\$ 1.296.133 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber das controladas da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a Receita Anual Permitida (RAP) de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo (ONS) para evitar risco de inadimplência.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Informações com melhor detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas explicativas nº 11 – Empréstimos e financiamentos e nº 12 – Debêntures.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia e suas controladas estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Valor contábil*	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Títulos de dívida emitidos sem garantia	951.336	98.958	85.093	255.292	511.993
Subtotal - Debêntures	951.336	98.958	85.093	255.292	511.993
Fornecedores	158	158	-	-	-
Total	951.494	99.116	85.093	255.292	511.993

Consolidado

	Valor contábil*	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia	3.375.655	193.310	189.863	600.821	2.391.661
Subtotal - Empréstimos e financiamentos	3.375.655	193.310	189.863	600.821	2.391.661
Títulos de dívida emitidos sem garantia	951.336	98.958	85.093	255.292	511.993
Títulos de dívida emitidos com garantia	552.965	41.091	37.298	125.699	348.877
Subtotal - Debêntures	1.504.301	140.049	122.391	380.991	860.870
Passivo de arrendamento financeiro					
Fornecedores	37.597	37.597	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	37.597	37.597	-	-	-
Total	4.917.553	370.956	312.254	981.812	3.252.531

* Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 11 - Empréstimos e financiamentos e nº 12 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(d) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e de suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

A análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterada com relação ao exercício anterior.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Títulos e valores mobiliários	CDI	143.976	163.873	168.847	173.822	158.899	153.924
Impacto no resultado do exercício				4.974	9.949	(4.974)	(9.949)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(971.192)	(1.065.883)	(1.089.556)	(1.113.229)	(1.042.210)	(1.018.537)
Impacto no resultado do exercício				(23.673)	(47.346)	23.673	47.346
Impacto líquido no resultado do exercício total				(18.699)	(37.397)	18.699	37.397
			Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operações	Risco	Saldo em R\$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Títulos e valores mobiliários	CDI	594.139	676.249	696.777	717.304	655.721	635.194
Impacto no resultado do exercício				20.528	41.055	(20.528)	(41.055)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(4.927.288)	(5.407.699)	(5.527.802)	(5.647.904)	(5.287.596)	(5.167.494)
Total de passivos financeiros		(4.927.288)	(5.407.699)	(5.527.802)	(5.647.904)	(5.287.596)	(5.167.494)
Impacto no resultado do exercício				(120.103)	(240.205)	120.103	240.205
Impacto líquido no resultado do exercício total				(99.575)	(199.150)	99.575	199.150
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,45%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IPCA (% 12 meses)		9,75%	4,46%	12,19%	14,63%	7,31%	4,88%

Fonte: B3 e Santander

(e) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 – Empréstimos e financiamentos e nº 12 – Debêntures.

(f) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida (RAP) será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pelas controladas, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(g) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas da Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(h) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento ambiental;
- Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação;
- Gestão de resíduos, educação e conscientização ambiental;
- Gestão de requisitos legais;
- Gestão de recursos hídricos; e
- Normatização e controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas têm a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

23.5. Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

24. Demonstração dos fluxos de caixa

24.1. Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	16.683
Redução do capital social *	7.291.183
Total	7.307.866

(*) Redução de capital decorrente do processo de alienação da totalidade das ações, com efeito não caixa e contrapartida no investimento – Vide nota explicativa 8.

24.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Controladora	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Debêntures	994.137	(84.860)	(47.408)	89.467	951.336
Dividendos	745.137	(1.145.137)	-	416.683	16.683
Total	1.739.274	(1.229.997)	(47.408)	506.150	968.019

Consolidado	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	3.466.834	(176.929)	(205.992)	291.742	3.375.655
Debêntures	1.554.842	(117.984)	(74.760)	142.203	1.504.301
Dividendos	745.137	(1.145.137)	-	416.683	16.683
Total	5.766.813	(1.440.050)	(280.752)	850.628	4.896.639

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

25. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data da vigência dos principais seguro contratados em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

26. Eventos subsequentes

26.1. Pagamento de debêntures

Equatorial Transmissão 1 SPE S.A.

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.523 mil referentes aos juros e de R\$ 3.207 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, série única das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

Equatorial Transmissão 2 SPE S.A.

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.263 mil referentes aos juros e de R\$ 3.295 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, série única das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

Equatorial Transmissão 3 SPE S.A.

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.231 mil referentes aos juros e de R\$ 2.455 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, 1ª série das debêntures e R\$ 1.125 mil referentes aos juros e de R\$ 3.280 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, 2ª série das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

Prorrogação benefício SUDENE – SPE 3 e SPE 4

Foi publicado o Ato Declaratório da SUDENE referente às SPEs 3 e 4, o qual formaliza a continuidade do enquadramento dos empreendimentos de ambas as Companhias no regime de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, mantidas as demais condições e requisitos legais.

Para a SPE 4, o Ato Declaratório foi publicado em 5 de fevereiro de 2026, e para a SPE 3, em 19 de fevereiro de 2026, estendendo, em ambos os casos, o prazo de fruição do incentivo fiscal concedido às respectivas Companhias até 31 de dezembro de 2034, nos termos da legislação aplicável.

Conselho de Administração

Ana Graciela Heugas Granato
(Presidente do Conselho de Administração)

Artur Fabiano Marques Nogueira Hoff
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto

Diretoria Executiva

José Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora

Juliana Silva Gomes Madureira
Contadora
CRC RJ 116.377/O